



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

NÚMERO: 02/2024 CF – 7ª GRR/UDT

DATA: 02/07/2024

1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE: 7ª GRR/UDT

2. REFERÊNCIA: Processo nº 59570.000695/2024-93

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A elaboração deste Estudo, visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço por item, visando o fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos que serão destinados à Secretaria Estadual de Defesa Civil do Estado do Piauí.

A Secretaria Estadual de Defesa Civil do estado do Piauí é responsável por coordenar as ações de defesa civil em todo o território Piauiense, implantando medidas permanentes que visam evitar, prevenir ou minimizar as consequências dos eventos desastrosos e a socorrer e assistir as populações atingidas, preservando seu moral, limitando os riscos de perdas materiais e restabelecendo o bem-estar social.

A defesa Civil do estado do Piauí tem um importante papel na defesa dos cidadãos piauienses. Sua atuação acontece antes, durante e depois de desastres por meio de ações distintas e inter-relacionadas, incluindo a prevenção, a mitigação e a recuperação. As principais competências da Defesa Civil piauiense estão relacionadas à prevenção e resposta às situações de emergência e desastres naturais, com foco na coordenação, planejamento, mobilização e capacitação de equipes e recursos e na articulação com outros órgãos e a sociedade civil para garantir a efetividade das ações.

Ademais, é dever da Defesa Civil do Piauí coordenar as ações de proteção e assistência à população do estado em situações de emergência ou calamidade pública de forma integrada a todos os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, por meio de um conjunto de medidas da prevenção, mitigação, preparação e reconstrução.

A partir da concepção e da visão do espaço a ser trabalhado como um território que apresenta suas vocações naturais e identidades culturais, a Codevasf vem ampliando as suas ações apoiando organizações de produtores, por meio do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL), com a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, aquicultura, pesca, economia criativa entre outras, com foco na agricultura familiar, como também em outras áreas que contribuem para o desenvolvimento do estado do Piauí. Neste caso específico, propõe-se apoio à Secretaria Estadual de Defesa Civil do estado do Piauí, um órgão da administração direta do Poder Executivo estadual responsável por coordenar as ações de defesa civil, em todo o território Piauiense.

A contratação do fornecimento dos itens objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em prevenir e/ou mitigar os riscos decorrentes de eventos climatológicos adversos em território piauiense. Devido à Defesa Civil do estado atuar de forma preventiva em relação às situações de emergência e desastres naturais, os equipamentos oriundos desse processo licitatório contribuirão de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

forma significativa para esse órgão cumprir com sua missão, visto que serão de fundamental importância para monitorar os eventos climatológicos ao longo do tempo.

A partir da expansão da área de atuação a CODEVASF, mais parlamentares tem alocado recursos de emendas parlamentares para apoiar as ações de revitalização das bacias hidrográficas e de apoio a estruturação de atividades produtivas, voltadas ao desenvolvimento regional sustentável. Neste sentido, torna-se necessária a realização de licitações pela Sede e Superintendências Regionais para aquisição de diversos materiais e equipamentos para atender as necessidades e demandas das comunidades antigas e novas áreas de atuação da CODEVASF, garantindo assim, a possibilidade de uso de tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas. No Piauí, além dos recursos da LOA e de Créditos Suplementares, a alocação de recursos para desenvolver ações por meio de emendas parlamentares se dá desde a implantação da 7ª SR em 2001, onde desde então toda a bancada tem destinado anualmente recursos para ações de desenvolvimento via CODEVASF.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A CODEVASF, a partir da Lei nº 14.053, de 08 de setembro de 2020, passou a atuar nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguaari (AP), Araguaari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Dentre as áreas técnicas da empresa, a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da CODEVASF, por meio da Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT, tem como competência definir diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias, coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias, assim como desenvolvimento de projetos e ações de apoio a arranjos e atividades produtivas, na sua área de atuação. Tais atribuições se estendem aos seus rebates nas Superintendências Regionais – SR's, através das respectivas Gerências de Revitalização - GRR's que desenvolvem suas ações mediante as demandas locais, priorizando sempre o apoio às atividades produtivas que apresentem potencialmente viabilidade técnica, econômica e social.

Neste sentido, o apoio às instituições parceiras é uma das estratégias da CODEVASF para estimular alternativas que viabilizem o desenvolvimento e o progresso em sua área de atuação. Esse apoio possibilita o desenvolvimento econômico e social do país, além da valorização do capital humano e da governança local e pode ocorrer tanto no fortalecimento e estruturação das governanças bem como na forma de fortalecimento de estruturas da instituição parceira, por meio do fornecimento de implementos, materiais, insumos e construção de estruturas necessárias ao bom desenvolvimento de suas atividades. Além disso, com a aquisição de equipamentos e materiais para as instituições parceiras, garante-se assim, a possibilidade de uso de novas tecnologias, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade nos serviços prestados para a sociedade.

O apoio a outras instituições, sejam elas públicas ou privadas, ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da CODEVASF, por se tratar de ações estratégicas, tendo em vista que a união de forças com outros entes que têm os mesmos objetivos é algo indispensável para atingir os objetivos almejados pela empresa. Neste sentido, a aquisição de equipamentos para a Secretaria Estadual de Defesa Civil do estado do Piauí, torna-se essencial para garantir a segurança da população piauiense no que se refere aos eventos climatológicos adversos que possam vir a lhe atingir.



5. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM FORNECIDAS:

Desde a instalação da 7ª Superintendência Regional, em 2001, mediante demandas a CODEVASF tem fomentado nos estados do Piauí e Ceará, sua área de atuação até 2020 (atualmente só Piauí - Lei nº 14.053/2020) o fortalecimento de instituições parceiras (associações de criadores e de produtores comunitários, cooperativas, colônias de pescadores, instituições de ensino tecnológico/agropecuário, órgãos da administração pública, entre outras), tendo como foco principal a promoção social, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento científico. Desse modo, como forma de apoiar essas instituições, estrategicamente a CODEVASF tem promovido seu fortalecimento, conforme demonstrado no Anexo deste ETP que destaca as ações da 7ª SR realizadas no período de 2010 a 2024, em que foram investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, beneficiando diretamente 21.728 famílias, o que equivale a uma população estimada de aproximadamente 108.640 pessoas assistidas.

De acordo com o exposto, o quantitativo dos itens a serem licitados por meio desta licitação (Tabela 1), que irão viabilizar a aquisição de equipamentos que serão destinados à Secretaria Estadual de Defesa Civil do estado do Piauí, encontram-se conforme equipamentos e materiais listados no Anexo II do TR do Processo eletrônico nº 59570.000695/2024-93.

Tabela 01: Quantitativo e descrição dos materiais equipamentos.

Itens	Unidade	Quantidade
Pluviômetro	Unid.	400
Sistema Global de Posicionamento - GPS	Unid.	08
Tablet	Unid.	08
Projetor multimídia	Unid.	02

6. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros estabelecidos com base na Instrução Normativa (IN) nº 065/2021 – SEGES/ME e principalmente a Norma Técnica nº 440 da CODEVASF - Norma para Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviço, observando sempre as condições comerciais praticadas, os prazos de fabricação e entrega, o local de entrega, a quantidade a ser contratada e o frete.

1ª Fonte: Contratações similares feitas pela CODEVASF ou outro ente da Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

2ª Fonte: Preços obtidos nos sistemas oficiais de referência com valores atualizados no momento da pesquisa.

3ª Fonte: Pesquisa direta no mercado, mediante solicitação formal de cotação de no mínimo 3 (três) fornecedores.

Os preços de referência estimados para cada uma das fontes (licitações anteriores, sistemas de referência e cotações de mercado) foram obtidos a partir do menor valor entre a média ou mediana do conjunto de valores que compuseram cada uma dessas fontes. Durante as análises dos preços obtidos através de cotação de mercado, foram desconsiderados os valores tidos como inexequíveis e excessivamente elevados utilizando como metodologia um dos seguintes grupos de referência: a) Descarte do maior preço, b) Descarte do menor preço, c) Descarte do maior e do menor preço, cumulativamente e d) Descarte dos dois maiores preços, cumulativamente.

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

O grupo de referência escolhido para sanear os valores, foi o que apresentou menor coeficiente de variação (CV) entre os preços restantes na análise, com os menores valores de média e mediana, buscando economicidade para a administração pública.

Tabela 02. Quantitativos totais da contratação.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço total por item (R\$)
1	Pluviômetro	Unid.	400	16,46	6.584,00
2	Sistema Global de Posicionamento - GPS	Unid.	08	2.531,95	20.255,60
3	Tablet	Unid.	08	2.217,65	17.741,20
4	Projektor multimídia	Unid.	02	3.064,18	6.128,36
VALOR GLOBAL (R\$)					50.709,18

Conforme a planilha com levantamento de custos no painel de Preços e pesquisa de mercado, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 50.709,18 (cinquenta mil, setecentos e nove reais e dezoito centavos), cotados entre junho e julho/2024 (Peça 04).

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, no momento da emissão das ordens de fornecimento ou viabilização de recursos orçamentários, tendo em vistas as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de fornecimentos frequentes;
- II. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Quando do fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos (no que couber), bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos por um período mínimo de 12 meses, ou superior conforme o fabricante. O(A) fornecedor(a) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncias disponíveis.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está previsto o fornecimento parcelado do quantitativo total licitado, com a emissão de Ordens de Fornecimento para fornecimento do quantitativo necessário de itens, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

9. AQUISIÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens pode ser realizado separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, desde que haja concordância do fornecedor, pode ser utilizada para adesão à ARP (Ata de Registro de Preços) por outras unidades da CODEVASF, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado do Piauí e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da CODEVASF, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

10. ALINHAMENTO ENTRE O FORNECIMENTO E O PLANEJAMENTO:

Como a Codevasf/7ª SR tem feito desde que iniciou suas atividades no Piauí e Ceará em 2001, com a perspectiva de anualmente dispor de recursos orçamentários de diversas fontes (Emendas Parlamentares, LOA, TEDs, Programas de Governo), no intuito de atender às demandas dos produtores, dos municípios e das instituições parceiras, são utilizados os planejamentos contidos no Plano Anual de Trabalho da Codevasf, por meio do qual a empresa prevê a Aquisição de Equipamentos e Materiais para estruturação de parceiros institucionais em sua área de atuação. Bem como no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026 da CODEVASF cuja a Missão é: "Promover o Desenvolvimento Regional de forma integrada e sustentável nas Bacias Hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades". Sua Visão é: "Ser referência na execução de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional".

11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Diante do exposto, a realização da licitação e posteriores contratações apresentam-se viáveis, tendo em vista as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva e por sua vez na melhoria da qualidade de vida das famílias e de suas regiões, pois, se faz necessária a contratação dos fornecimentos/serviços objeto da presente licitação para atender às diversas demandas que por ventura sejam geradas junto à CODEVASF/7ª SR, desde que durante a vigência desta licitação haja disponibilidade orçamentária para o atendimento dessas demandas, e assim possam ser efetivadas ações de apoio aos diversos arranjos produtivos no Piauí (conforme a Lei nº 14.053/2020), como está sendo proposto, a exemplo das já realizadas no período de 2010 a 2024 no Piauí e Ceará, com investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, conforme demonstrado através do Anexo deste ETP.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

A CODEVASF tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar de sua gestão. Cabe à Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da empresa coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas; desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e atividades produtivas; e ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias. Para tanto, via de regra a execução das ações fica a cargo das Superintendências Regionais, neste caso a 7ª SR agora com atuação no estado do Piauí, conforme a nova distribuição territorial da Empresa (Lei nº 14.053/2020).

12. RESULTADOS PRETENDIDOS:

O fortalecimento da estrutura da Secretaria de Estado da Defesa Civil do Estado do Piauí com os equipamentos adquiridos por meio desse processo licitatório será de fundamental importância para o planejamento e a implementação de medidas de preparação e prevenção de riscos e desastres. Assim, espera-se reduzir o número de vítimas e danos às propriedades causados por desastres relacionados ao período chuvoso nas comunidades vulneráveis aos eventos climatológicos adversos como alagamento e deslizamentos dos municípios beneficiados.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter a anuência do Superintendente Regional, do setor de licitações, do setor jurídico, e ser aprovado pelo Comitê de Gestão Executiva da 7ª, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido pela 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

15. CLASSIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE SIGILO

Não é necessário sigilo.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o compromisso da CODEVASF para com a segurança da população em sua área de atuação, entende-se necessária a realização da presente Licitação, visando o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de equipamentos que serão destinados à Secretaria Estadual de Defesa Civil do estado do Piauí.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Cleyton dos Santos Fernandes
ADR - 7ª GRR/UDT

DE ACORDO: **José Ocelo Rocha Campos Junior**
7ª Gerência Regional de Revitalização - Gerente

Marcelo Vaz da Costa e Castro
Superintendente - 7ª Superintendência Regional

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE